

AP ENERGIAS PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

AP ENERGIAS PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
AP Energias Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AP Energias Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AP Energias Participações S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme nota explicativa 1, a Companhia está em início de suas operações e vem apresentando sucessivos prejuízos desde a sua constituição, necessitando de aportes de capital por parte dos acionistas para que possa equilibrar seu fluxo financeiro, permitindo atingir seus objetivos. Nesse contexto, o equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão da reposição do fluxo de caixa e, também, da readequação do resultado financeiro. As demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

As demonstrações contábeis da Companhia para o período de 22 de dezembro (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, não foram examinadas por nós ou por outros auditores independentes. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, individuais ou consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de maio de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1 SP 120359/O-8

AP ENERGIA PARTICIPACOES S.A.

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2022	2021 Não auditado		Nota	2022	2021 Não auditado
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	405.705	10.000	Fornecedores	9	2.584	-
Adiantamentos a fornecedores	6	3.000	-	Obrigações tributárias	10	1.238	-
Impostos a recuperar	7	168.420	-	Debêntures	11	23.785.717	-
Total do ativo circulante		577.125	10.000	Total do passivo circulante		23.789.539	-
Não Circulante				Não Circulante			
Aplicação Renda Fixa - LFT	8	114.283.802	-	Debêntures	11	111.575.381	-
Total do passivo não circulante		114.283.802	-	Total do passivo não circulante		111.575.381	-
				Patrimônio líquido negativo	12		
				Capital social		5.010.000	10.000
				(-) Capital a integralizar		(901.437)	
				Prejuízos acumulados		(24.612.557)	-
				Total do patrimônio líquido		(20.503.994)	10.000
Total do ativo		114.860.926	10.000	Total do passivo e patrimônio líquido		114.860.926	10.000

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

AP ENERGIA PARTICIPACOES S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 22 de dezembro de 2021 (data da constituição de dezembro de 2021)

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2022	Período de 22 a 31 de dezembro de 2021 Não auditado
(-) Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(1.441.114)	-
Total das despesas operacionais		(1.441.114)	-
Receitas financeiras		4.896.201	-
Despesas financeiras		(28.067.644)	-
(=) Resultado financeiro líquido	15	(23.171.443)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	-
Prejuízo do exercício		(24.612.557)	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

AP ENERGIA PARTICIPACOES S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 22 de dezembro de 2021 (data da constituição) até 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em Reais)

	2022	Período de 22 a 31 de dezembro de 2021 Não auditado
Prejuízo do exercício	(24.612.557)	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(24.612.557)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

AP ENERGIA PARTICIPACOES S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 22 de dezembro de 2021 (data da constituição) até 31 de
(Valores expressos em Reais)

	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Integralização de capital	10.000	-	-	10.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 - Não auditado	10.000	-	-	10.000
Aumento de Capital	5.000.000	(901.437)	-	4.098.563
Prejuízo do exercício	-	-	(24.612.557)	(24.612.557)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>5.010.000</u>	<u>(901.437)</u>	<u>(24.612.557)</u>	<u>(20.503.994)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

AP ENERGIA PARTICIPACOES S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 22 de dezembro de 2021 (data da constituição) até 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2022	2021 Não auditado
Fluxo das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(24.612.557)	-
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais			
Juros incorridos s/ debêntures	11	27.983.729	-
Varição em:			
Adiantamentos	6	(3.000)	-
Impostos a recuperar	7	(168.420)	-
Fornecedores	8	2.584	-
Obrigações tributárias	9	1.238	-
Caixa líquido (utilizado) nas atividades operacionais		<u>3.203.574</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação Renda Fixa - LFT	5	(114.283.802)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		<u>(114.283.802)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	12	4.098.563	10.000
Captação de recursos Debêntures	11	112.000.000	-
Liquidação de debêntures	11	(4.622.631)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		<u>111.475.932</u>	<u>10.000</u>
Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>395.705</u></u>	<u><u>10.000</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	10.000	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	405.705	10.000
Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>395.705</u></u>	<u><u>10.000</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A AP Energia Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Santo Amaro, 48 Cj, 61, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades comerciais ou civis, seja como sócia, quotistas ou acionista. A Companhia foi constituída em 22 de dezembro de 2021 e tem prazo indeterminado de duração.

Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou prejuízo no montante de R\$24.612.557 e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$23.212.414.

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, prejuízo, deve-se, principalmente às despesas financeiras das debêntures da 1ª e 2ª emissões de debêntures de Companhia, conforme nota explicativa nº11 abaixo.

Tendo em vista que o plano de negócio da Companhia baseia-se na premissa de que os recursos para pagamento dos serviços de dívida das debêntures serão aportados pelo acionista controlador da Companhia, o qual é avalista das debêntures, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Por estar debaixo de fundo deve obedecer a CVM

A administração aprovou a conclusão das Demonstrações contábeis em 18 de maio de 2023.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 22 de dezembro de
2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em Reais)

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações contábeis. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas referem-se a:

- Nota Explicativa nº 11 - Debêntures.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data de aplicação, registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não supera o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são reconhecidos diretamente ao resultado.

b. Instrumentos financeiros

Classificação

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou o custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde: (i) ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro, (ii) menos as amortizações de principal e (iii) mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas financeiras", ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem.

c. Demais ativos circulantes e não circulantes

Estão demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

d. Debêntures

As debêntures são reconhecidas inicialmente nas datas em que são originadas. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 22 de dezembro de
2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em Reais)

e. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

f. Contingências

Provisões para contingências são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g. Imposto de renda e contribuição social

Para a Companhia, o imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro real), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro real), por meio da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte. No passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em resultados abrangentes.

h. Receitas e Despesas

A receita é apurada em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 22 de dezembro de
2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em Reais)

As despesas gerais administrativas são reconhecidas e mensuradas em conformidade com o regime de competência e estão substancialmente relacionadas a (i) serviços prestados por terceiros; (ii) serviços advocatícios e (iii) serviços de assessoria consultoria e gestão.

i. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03(R2).

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos períodos apresentados utilizando o método indireto.

Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais receitas e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos.

4. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022:

As alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB com efeito a partir de 1º janeiro de 2022 não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras.

- CPC 15 - Combinação de negócios
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes
- CPC 27 - Imobilizado

A partir de 1º de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos. A Companhia não realizou a adoção antecipada destes pronunciamentos, e não espera impactos significativos quando da adoção destas normas.

- CPC 50 - Contratos de seguros
- CPC 32 - Tributos sobre o Lucro
- CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 22 de dezembro de
2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> Não auditado
Bancos conta movimento	71.830	10.000
Aplicações Financeiras - renda fixa	333.875	-
	<u>405.705</u>	<u>10.000</u>

Em 31 de dezembro de 2022 as aplicações financeiras estão representadas por 99,94% das disponibilidades desta rubrica.

Os recursos aplicados no banco Daycoval (R\$ 323.935 na data base) são remunerados à taxa média de 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e os demais recursos são remunerados à taxa média de 100% do Certificado de Depósito Bancário - CDI.

6. Adiantamentos a fornecedores

A tabela a seguir apresenta os saldos de adiantamentos à fornecedores, em 31 de dezembro de 2022:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> Não auditado
Adiantamentos a fornecedores	3.000	-
	<u>3.000</u>	<u>-</u>

7. Tributos a recuperar

A tabela a seguir apresenta os saldos de Saldo Negativo de Imposto de Renda, referente ao exercício 2022, decorrentes de retenção de Impostos de Renda s/ Aplicação Financeira:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> Não auditado
Saldo negativo de IRPJ 2022	168.420	-
	<u>168.420</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 22 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em Reais)

8. Aplicação de renda fixa - LFT

Em 31 de dezembro de 2021 e em 05 de maio de 2022, a Companhia aprovou a 1ª e 2ª emissão de Debêntures conforme mencionado na nota explicativa nº 11. Nestas datas foram constituídas as garantias de cessão fiduciária dos recursos iniciais depositados em conta Escrow de titularidade da emissora.

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos dos depósitos vinculados referem-se a três títulos públicos, LFT, no montante de R\$ 114.283.802, com vencimentos em 1º de março de 2023, em 1º de setembro de 2023 e em 1º de março de 2024, com remuneração que segue a variação da taxa.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <u>Não auditado</u>
Título publico - LFT	114.283.802	-
	<u>114.283.802</u>	<u>-</u>

9. Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <u>Não auditado</u>
Fornecedores de curto prazo	2.584	-
	<u>2.584</u>	<u>-</u>

10. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <u>Não auditado</u>
IRRF a recolher	115	-
INSS a pagar	485	-
CSRF a recolher	443	-
Pis s/ receita financeira a recolher	27	-
Cofins s/ receita financeira a recolher	168	-
	<u>1.238</u>	<u>-</u>

(*) CSRF se refere à retenção na fonte de Pis-Pasep, CSLL e Cofins, à alíquota de 5,65%, sobre notas fiscais de serviços tomados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 22 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em Reais)

11. Debêntures

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou a 1ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, remuneradas a juros equivalentes à 16% a.a. entre a emissão e 31 de março de 2022 e a variação da inflação (medida pelo IPCA) acrescidos de 20% a.a., no valor de R\$ 110 milhões, com vencimento em 31 de maio de 2026 ("1ª Emissão").

Em 02 de maio de 2022 a Companhia realizou a 2ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, remuneradas a juros equivalentes à 16% a.a. entre a emissão e 31 de março de 2022 e a variação da inflação (medida pelo IPCA) acrescidos de 20% a.a., no valor de R\$ 2 milhões, com vencimento em 31 de maio de 2026 (2ª Emissão").

Em maio de 2022 a Companhia amortizou o valor de R\$ 559.068, referente à 1ª emissão, com recursos originados do rendimento líquido de aplicação CDI onde o montante foi aplicado durante o mês de abril de 2022.

Em 29 de agosto de 2022 a Companhia quitou antecipadamente a 2ª Emissão e amortizou parcialmente o saldo devedor das debêntures da 1ª Emissão, totalizando R\$ 4.603.563.

Descrição	Data	Quantidade de títulos em circulação	Remuneração anual	31/12/2022
1ª emissão	31/12/2021	110.000	IPCA + 20% aa	110.000.000
2ª emissão	05/05/2022	2.000	IPCA + 20% aa	2.000.000
				112.000.000
			Juros incorridos	27.983.729
			Amortização	(4.622.631)
				<u>135.361.098</u>

12. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito da Companhia é de R\$ 5.010.000,00 (R\$ 10.000,00 em 2021), dividido em 5.010.000 milhões de ações ordinárias (10.000 de ações ordinárias em 2021), todas nominativas e sem valor nominal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 22 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em Reais)

O valor do capital integralizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 4.108.563 (R\$ 10.000,00 em 2021).

A Companhia tem como único sócio e titular de 100% das ações emitidas AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações.

<u>Acionistas</u>	<u>Ações Nominativas</u>		<u>%</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	
AP Energias Renováveis Fundo de Investimento	5.010.000	10.000	100%
Total	<u>5.010.000</u>	<u>10.000</u>	<u>100%</u>

13. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia é tributada pelo lucro real.

O imposto de renda é calculado com base nos resultados tributáveis, às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais.

A contribuição social é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro real), por meio da aplicação da alíquota de 9%.

Durante o exercício de 2022 a Companhia não apresentou resultado tributável para fins de registro de despesas com tributos em seu resultado, conforme demonstra a tabela abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(24.612.557)	(24.612.557)
Adições / Exclusões temporárias	-	-
Adições / Exclusões permanentes	-	-
Lucro / (Prejuízo) fiscal após as compensações	<u>(24.612.557)</u>	<u>(24.612.557)</u>
Impostos devidos	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 22 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em Reais)

14. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <u>Não auditado</u>
Remunerações e encargos	29.088	-
Serviços de terceiros	26.553	-
Despesas gerais	1.338.029	-
Tributárias	47.445	-
Total	<u>1.441.114</u>	<u>-</u>

15. Resultado Financeiro

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <u>Não auditado</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira, líquido de impostos	(4.896.201)	-
Total Receita Financeira	<u>(4.896.201)</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras		
Juros incorridos s/ debêntures	27.983.729	-
Juros passivos	172	-
Outras despesas financeiras	1.118	-
Tarifas bancárias	82.625	-
Total Despesa Financeira	<u>28.067.644</u>	<u>-</u>
Total Resultado Financeiro	<u>23.171.443</u>	<u>-</u>

16. Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento de riscos

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender as necessidades dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade.

As descrições dos riscos principais da Companhia são apresentadas a seguir:

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade da empresa de liquidar suas obrigações assumidas a preço de mercado. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras.

Risco de crédito

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito as contas correntes bancárias e aplicações financeiras mantendo suas transações em instituições financeiras de primeira linha.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros das contas do balanço patrimonial equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado, e está representado, substancialmente, contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a pagar.

Derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros com características de derivativos em 2022.

17. Eventos subsequentes

I. Aumento de capital e amortização parcial do saldo devedor das debêntures

Em 24 de fevereiro de 2023 o acionista controlador realizou a integralização de R\$ 901.437 na Companhia, concluindo a integralização da totalidade das ações emitidas e subscritas no aumento de capital realizado em 04 de agosto de 2022. Em assembleia geral extraordinária realizada no dia 22 de fevereiro de 2023 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$ 5.010.000,00 (cinco milhões e dez mil reais) para R\$ 22.010.000,00 (vinte e dois milhões e dez mil reais), representando um aumento, portanto, no valor de R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), mediante a emissão de 17.000.000 (dezessete milhões) de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada. As novas ações emitidas pela Companhia foram totalmente subscritas pelo único acionista da Companhia. No dia 30 de março de 2023 o único acionista da Companhia realizou a integralização de 16.000.000 de ações no montante de R\$ 16.000.000.

No dia 31 de março de 2023 a companhia realizou a amortização parcial do saldo devedor das debêntures da 1ª Emissão, por meio do pagamento de juros no valor de R\$ 16.422.833, conforme previsto na escritura da referida emissão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 22 de dezembro de
2021 a 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em Reais)

II. Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 8 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma Empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se e quando o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.